

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página              |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 1                   |

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 79ª  
(SEPTUAGÉSIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 20 DE SETEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido Deputada Sandra Faraj a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 73ª Sessão Ordinária;
- Ata da 74ª Sessão Ordinária;
- Ata da 75ª Sessão Ordinária;
- Ata da 16ª Sessão Ordinária.

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |    |                |                | NOTAS TAQUIGRÁFICAS  |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----------------|----------------|----------------------|---|
| Data                                                                                                                                                  |    | Horário Início | Sessão/Reunião | Página               |   |
| 20                                                                                                                                                    | 09 | 2016           | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 2 |

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antecipando-me aos Comunicados de Líderes, peço à Mesa que aprecie dois pedidos. O primeiro é o de colocar, como primeiro item da pauta, o projeto de lei referente à gestão democrática, porque os diretores estão aqui no plenário e todo mundo tem que voltar às escolas ainda, para fechar.

O segundo pedido – vou pedir, desde já, a sensibilidade do Deputado Cristiano Araújo, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Já conversei com a Deputada Luzia de Paula, da Comissão de Assuntos Sociais, e com alguns líderes – é para que a gente possa votar hoje também o projeto de lei, de iniciativa da Deputada Sandra Faraj e de outros Parlamentares, que revoga a Lei das Antenas de Celulares nas Escolas. Peço a V.Exa. que inclua também na pauta o projeto de lei de autoria da Deputada Sandra Faraj. Creio que todos os Parlamentares concordam, é um tema pacificado na Casa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na reunião de Líderes, lá com V.Exa., ficou acordada a votação do Projeto de Lei nº 1.251, de 2016, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, de R\$4.810.000,00 (quatro milhões, oitocentos e dez mil reais)”, um crédito para a Adasa, com emendas dos Parlamentares de remanejamento de dotações; também do projeto relativo à reeleição dos diretores, que já foi solicitado e acordado pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é o Projeto de Lei nº 1.255; também do Projeto de Lei nº 1.259, que altera a Lei nº 5.463, que “institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS, e dá outras providências”. Foram esses os três itens acordados.

Também ficou acordado fazermos a discussão, o acordo, do projeto que altera a Lei nº 8.826, de 13 de janeiro de 1988, que “cria o Parque Ecológico Ezequias Heringer”. Já está aprovado por todas as Comissões. Hoje, nós faríamos a discussão desse projeto, e ficaria acordado votarmos na terça-feira. Então, eu gostaria que V.Exa. o incluísse na pauta, pelo menos para que houvesse a discussão

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |    |                |                | NOTAS TAQUIGRÁFICAS  |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----------------|----------------|----------------------|---|
| Data                                                                                                                                                  |    | Horário Início | Sessão/Reunião | Página               |   |
| 20                                                                                                                                                    | 09 | 2016           | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 3 |

a respeito da matéria, a fim de que vários Parlamentares que queiram opinar, ou dar informações e dados sobre o Projeto de Lei Complementar nº 24, de 2015, possam fazê-lo hoje, para que terça-feira já esteja maduro e acordado para que a gente possa votá-lo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui observar há pouco aqui com a Assessoria, que nos informou que o projeto de alteração do Parque Ecológico Ezechias Heringer não inclui o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Casa.

Na minha leitura, toda matéria de terra envolve questões econômicas. Eu tenho o entendimento de que essa matéria deveria ter passado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa.

Então, eu entro com recurso, para que essa Mesa reexamine o assunto, porque cabe a ela destacar. Em não sendo necessário, justifique: a matéria não tem elemento econômico envolvido, para a termos bastante instruída, porque, na minha leitura, normalmente, matéria que envolve parcelamento, questões de natureza fundiária associada com interesses privados, naturalmente, significa necessidade de apreciação na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Portanto, solicito o parecer da Assessoria de Plenário.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para questão de esclarecimento: o Projeto de Lei Complementar nº 24, de 2015, trata da definição da nova poligonal do Parque Ecológico Ezechias Heringer. Essa nova poligonal acresce àquilo que o parque tinha antes, Deputado Ricardo Vale, 46 hectares e faz uma redefinição da seguinte forma: desafeta uma área, que, segundo o parecer do órgão ambiental – conforme foi colocado –, não tem interferência no que se refere à preservação ambiental, e inclui, Deputado Wasny de Roure, uma área que estava fora da poligonal, que era uma área em que existia sensibilidade ambiental. Trata-se do campos de murundus existente ali dentro do Parque Ezechias Heringer, localizado dentro do Guará.

Inclusive, essa poligonal – e eu quero pedir o apoio de V.Exa. e o apoio principalmente da bancada do PMDB – não conseguiu ser fechada no seu completo, tendo em vista a existência de uma área da Radiobras que está dentro da poligonal. Houve um pedido de minha parte à Secretaria de Patrimônio da União de que houvesse a doação dessa área para a inclusão na poligonal do parque.

Então, Deputado Wasny de Roure, com toda a vênia que eu tenho de V.Exa., esse projeto cuida, exclusivamente, da definição do parque da poligonal do Parque



| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 4      |                     |

Ecológico Ezechias Heringer, tratando-se de uma questão fundiária e de uma questão ambiental.

Lembro que o parecer do órgão ambiental, o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, é favorável à definição dessa nova poligonal. Lembro ainda que este projeto passou por uma consulta pública feita pelo Ibram em 2012, passou por uma Comissão de Regularização Fundiária, que foi criada, Deputado Wasny de Roure, pelo Governador Agnelo Queiroz. Essa é uma proposta que veio do governo anterior a que o Governador Rodrigo Rollemberg está dando encaminhamento, até por entender que, como essa área não afetaria a preservação ambiental do parque, esta área está sendo, na realidade, desafetada, e estão sendo afetados outros 46 hectares que estavam fora da poligonal.

Então, só para questão de esclarecimento, quero deixar claro que esta Casa fez três audiências públicas referentes a esse tema, uma comissão geral e um debate na Comissão de Meio Ambiente. Também quero deixar claro aqui que, na Comissão de Meio Ambiente, o parecer, que foi da minha lavra, possui 67 páginas e 11 anexos, totalizando 480 páginas com fundamentação jurídica e técnica ambiental para discussão em relação ao parque.

Era só isso que eu queria deixar, Presidente.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas reforçar a solicitação do Líder do nosso Bloco, Deputado Prof. Reginaldo Veras, no sentido de dar celeridade ao processo de votação, especificamente ao PL referente à gestão democrática.

Inclusive, Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aos meus Pares, para que não passássemos aos Comunicados de Parlamentares e de Líderes neste momento: que invertêssemos, fizéssemos a votação do projeto da gestão de democrática. Depois retornaríamos à fala dos Deputados, dada a urgência e a necessidade de os diretores estarem nas escolas. Não é para deixar de falar, é para suspendermos, votarmos a questão da gestão democrática e depois voltarmos às falas dos Deputados. (Palmas.)

A gente aguarda o posicionamento em relação a essa solicitação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação do Deputado Agaciel Maia e incluo como itens extrapauta o PLC nº 24/2015 para discussão apenas; o PL nº 1.251, de 2016; o PL nº 1.255, de 2016; o PL nº 1.259, de 2016 para discussão e votação. Quanto ao Projeto de Lei nº 1.230/2016, solicitado pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras, vou consultar os Líderes para inclusão na pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |  |                |                      | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|----------------|----------------------|---------------------|--|
| Data                                                                                                                                                  |  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página              |  |
| 20   09   2016                                                                                                                                        |  | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 5                   |  |

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pedi no Colégio de Líderes, e os Líderes autorizaram; portanto eu peço a V.Exa. que inclua na pauta o Projeto de Decreto Legislativo que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Boaventura da Silva Santos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está acatado, Deputado Chico Vigilante.

Consulto os Líderes sobre se há acordo para inclusão do Projeto de Lei nº 1.230, de 2016, de autoria de vários Deputados, que revoga a Lei nº 3.446, de 23 de setembro de 2004, a lei das antenas.

Deputado Prof. Reginaldo Veras: há acordo.

Deputado Delmasso: há acordo.

Deputado Bispo Renato Andrade: há acordo.

Deputado Lira?

Deputado Raimundo Ribeiro ou Deputado Cristiano Araújo?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, quero somente deixar consignado que, por parte do nosso bloco, atendendo o pedido da Deputada Sandra Faraj e do Deputado Prof. Israel, há acordo de fazermos a votação na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, mas já com a compreensão dos pares de que temos que seguir o rito e o acordo de passar pelas Comissões.

Extraordinariamente, o bloco vai acatar a solicitação de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Então há acordo.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou concordar, apesar de entender que todo debate que esta Casa faz é extremamente relevante. E olhem que eu acompanhei esse projeto. Esse projeto nasce com um primeiro relatório dos diretores das escolas de Planaltina, que depois adentrou as demais Coordenações Regionais de Ensino. O Deputado Chico Vigilante e o Deputado Prof. Reginaldo Veras estiveram com o Governador. Então, termos a compreensão do papel dos diretores dentro das suas respectivas escolas é extremamente importante.

Com base nisso, eu vou acolher o entendimento de V.Exa., mas é importante destacar que hoje nós vamos ter debates sobre outras matérias para podermos concluir as votações em primeiro turno. Digo isso para não entenderem que só vamos votar o projeto que altera a lei da gestão democrática incluindo a possibilidade de reeleição. Então, quero apenas deixar isso claro, porque temos várias matérias, e algumas são polêmicas – e vamos ter debates. Muito obrigado.



| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 6      |                     |

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Então, há acordo.

Consulto o Deputado Robério Negreiros. (Pausa.) Está ausente.

Havendo acordo, incluo como item extrapauta o Projeto de Lei nº 1.230, de 2016, de autoria de vários Deputados.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Há acordo para ninguém falar agora, para votarmos só o projeto dos professores?

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se for para fazer a votação de todos os itens, é natural que dispenseemos os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares, mas não podemos ser seletivos com um projeto e com os outros não.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou de acordo com o Deputado Agaciel Maia: ou votamos tudo ou não votamos nada agora.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Acho que podemos abrir mão, votamos os três projetos listados e depois fazemos o Grande Expediente, os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares, quando teremos a oportunidade de discutir o problema do Parque do Guará. Então, concordo com essa tese. Consulte os Líderes quanto a podermos votar agora e depois fazermos essa discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vamos consultar os Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 7      |                     |

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (Bloco Brasília em Evolução. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.) Está ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou favorável a que entremos logo na votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Havendo acordo, dou por encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Dou por encerrado os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA

Consulto os Líderes se há acordo para superamos o sobrestamento causado pelos itens nºs 1 a 169, vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, vamos proceder à votação do primeiro item.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.251, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$4.810.094,00 (quatro milhões, oitocentos e dez mil, noventa e quatro reais)”.

Foi solicitada inversão de pauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.255, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a gestão democrática do sistema de ensino público do Distrito Federal”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 8      |                     |

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu faço questão de falar aqui na discussão desse projeto, dada a importância que ele tem, especialmente para a gestão democrática nas escolas do Distrito Federal. É fundamental esse projeto. Mas eu fico olhando também, Deputado Prof. Reginaldo Veras, a dificuldade que o Governo do Distrito Federal tem para lidar com temas positivos.

Eu estive com V.Exa. numa audiência com o Governador na sexta-feira da semana atrasada, tratando de uma questão dos vigilantes, e aproveitei para conversar a respeito do projeto da gestão democrática, porque eu tinha sido procurado por um número muito grande de diretores preocupados com isso – o Gadelha e uma série de outros diretores. O Deputado Wasny de Roure também já tinha feito um trabalho com os diretores de Planaltina. Chegando lá, Deputada Telma Rufino, o Governador chamou o Secretário de Educação – o Secretário José Flávio estava conosco – e assumiu o compromisso de que mandaria o projeto na segunda-feira da semana passada.

Eu fiquei esperando. Deu segunda-feira, 4h, e não tinha chegado projeto nenhum. Nós fomos atrás. A secretaria sequer tinha escrito o projeto. E é um projeto de um artigo. Sequer, Deputado Prof. Reginaldo Veras, tinha escrito o projeto! Na terça-feira, pela manhã, nós fomos novamente campear o projeto. Aí, conversei com o Secretário José Flávio: “Olha, Zé. Não dá. É a palavra do Governador conosco. Ele assumiu um compromisso com a gente. Portanto, eu quero saber se essa secretaria manda mais do que ele, não é?” Aí foi que nós conseguimos fazer com que o projeto chegasse na terça no final da tarde, quase. É complicado, muito complicado, porque o governo, até quando a gente quer ajudar, não gosta de ser ajudado.

Quanto à questão desses diretores, nós fizemos um levantamento, Deputado Prof. Reginaldo Veras, e 80% das escolas iam ficar sem diretor, ou talvez iriam colocar alguém da confiança do Secretário, mas não da comunidade.

A verdade é que esses homens e essas mulheres que se dedicam a ser diretores de escola estão fazendo um sacrifício danado. Eu tenho conversado com diretores e diretoras. Com a gratificação que eles recebem, se se colocar na ponta do lápis, eles estão pagando para trabalhar. Há viagens que eles têm que fazer no carro deles. E depois, quando terminar a gestão, ainda vão ficar um bocado de tempo respondendo para o Tribunal de Contas e sei lá mais para quem. Portanto, eles têm que ser aplaudidos de pé pelo trabalho que desenvolvem, pela qualidade que estão dando no ensino do Distrito Federal, ensinando efetivamente o que é democracia. É uma eleição. Eles são eleitos, não são nomeados por ninguém. São de confiança da comunidade.

A nossa próxima batalha, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é fazer com que o PDAF seja aumentado e que seja pago efetivamente. Teve secretário que prometeu o PDAF para eles, eles acreditaram e gastaram, agora não sabem como pagar.



| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |  |                |                      | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|----------------|----------------------|---------------------|--------|
| Data                                                                                                                                                  |  | Horário Início | Sessão/Reunião       |                     | Página |
| 20   09   2016                                                                                                                                        |  | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA |                     | 9      |

Fizeram igual a quando eu estava no Maranhão, onde a gente plantava o arroz e o vendia. A gente dizia que vendia na palha. Na hora que o arroz nascia, a gente já vendia e ficava torcendo para não dar uma seca, para o arroz não morrer. É a mesma coisa de vocês.

Foram à papelaria, foram à madeireira, compraram, contrataram pedreiro, agora pagam com o quê? Portanto, o governo tem que olhar isso. Eles não fizeram gasto para melhorar a casa deles, fizeram gasto para melhorar a escola, que é uma responsabilidade do governo, e ele não fez. É por isso que vocês têm o meu apoio, e estou muito feliz em poder votar esse projeto no dia de hoje. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Chico Vigilante já colocou tudo que deveria ter sido colocado. Quero cumprimentar todos os diretores de escola e diretores de regional de ensino.

A educação no Distrito Federal passa por um momento extremamente delicado. Inclusive nós tivemos aqui, na semana passada, na quinta-feira, também promovido pelo Deputado Chico Vigilante, o debate da educação infantil.

Ontem fui discutir a questão da nossa emenda de 1 milhão e meio do PDAF com o Secretário Júlio. O Governo do Distrito Federal autorizou um reajuste de 9,75% até dezembro.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que esse debate abre apenas uma pequena cláusula tendo em vista que o primeiro mandato desses diretores foi reduzido quase que pela metade. Eu diria menos da metade. Consequentemente, aquilo que o próprio projeto da gestão democrática previa era contraditório no trato do direito ao processo da reeleição.

Até parece que eles estão aqui para poderem ser reeleitos para ganharem a gratificação que um diretor recebe. Além de ser modesta, há um enorme sacrifício e uma dedicação que se exige numa escola.

Eu, como integrante da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, tenho tido o exercício, o Deputado Prof. Reginaldo Veras também, de visitar as escolas, ver as suas necessidades e conhecer de perto essas necessidades.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que, ao suscitar esse debate, coloca-se em pauta a importância do educador na escola. Não se trata aqui de se ter um novo mandato reconduzido. É muito mais do que isso.

Trata-se do reconhecimento do trabalho que vem sendo feito; que precisa ter uma continuidade, que não foi concluído; por aqueles que se dedicaram e ingressaram com o seu tempo e com a sua dedicação.

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 10     |                     |

Portanto, nesta tarde, eu quero render as homenagens a esses diretores que se dedicam de maneira exemplar. Vir a esta Casa e ver esta votação é o reconhecimento do direito a participar de um processo eleitoral. Não se está dizendo que necessariamente vão ganhar, mas de poder participar de um processo eleitoral e muitos deles serem reconhecidos, quicá, todos eles terem esse reconhecimento.

Eu quero concluir a minha fala com um lamentável episódio ocorrido neste ano. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Luzia de Paula, que é professora, Deputado Prof. Reginaldo Veras que é professor, um lamentável episódio que transcorreu neste ano, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Quero deixar isso consignado nessa tarde.

Quero referendar o meu tributo ao diretor Ary, diretor de um Centro de Ensino Educacional de Sobradinho, que foi apenado pelo excesso de zelo e dedicação. Tentaram. É claro, que a comissão tentou criar todo um clima de puni-lo, como de fato puniram, afastando-o por trinta dias. Vejo como esses diretores hoje estão expostos a responder por PAD – Processo Administrativo Disciplinar –, por aquilo que é a sua própria dedicação à escola.

Podem achar que a gente quer politizar esse processo. Em absoluto. Até porque, Deputada Luzia de Paula, foi a escola que obteve o melhor resultado no vestibular da UnB. Ele tanto competente é que teve e pôde proporcionar à escola, na qualidade de diretor, o melhor resultado das escolas públicas do Distrito Federal no vestibular da UnB.

Então, eu não gostaria de deixar passar em branco a dedicação, como muitos outros. Recentemente, visitando uma das escolas de centro de ensino especial, o diretor foi ameaçado pela diretora da regional com PAD, em função daquilo que ele estava fazendo na escola. Na angústia de poder resolver o problema, ainda foi ameaçado por um colega. Que foi o que, lamentavelmente, ocorreu na cidade de Sobradinho.

Contem com o nosso voto. Nosso voto é favorável. Inclusive, eu sei que os diretores de escola enfrentaram uma posição com o Sinpro. Tive o cuidado de convidar o Sinpro para uma discussão e dizer por que votaríamos, Deputado Chico Leite, neste projeto. Não adianta o Sinpro – com todo respeito, já que é a entidade que faz a defesa histórica dos professores, e nós temos esse respeito – tomar uma decisão em uma conferência e comunicar a gente, sem saber exatamente as motivações, simplesmente porque é uma reeleição. Se fosse assim nem os diretores do Sinpro poderiam ser reeleitos. Não é mesmo?

Então, o meu voto é favorável ao referido projeto. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de uma maneira bem célere, eu acredito que é uma



| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 11     |                     |

matéria que está pacificada. A Casa quer aprovar esse projeto. Então, quero pedir que possamos passar logo para a votação, tendo em vista o *quorum*, que está caindo, e a matéria, que já está pacificada.

De forma alguma, eu quero tirar o caráter democrático desta Casa e tolher a fala de qualquer Parlamentar. Mas eu acho que poderíamos passar para declaração de voto. Votamos o projeto, vamos logo para a votação. Depois, que cada um faça as suas considerações.

Eu gostaria de pedir aos pares para votarmos logo, porque o *quorum* está caindo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, tenha paciência conosco.

Senhoras e senhores, só para entendermos com muita clareza o que estamos fazendo aqui hoje... Há dois argumentos para nós aprovarmos essa proposta. O primeiro, o argumento legal, baseado, inclusive, em um parecer da assessoria jurídica da Secretaria de Educação que, ao considerar que o primeiro mandato fora de apenas um ano e quatro meses, ele próprio desrespeitava a lei que dizia que as equipes gestoras tinham o direito a um mandato de três anos com direito a uma reeleição de mais três anos. Então, nós temos aqui um argumento jurídico para fazer essa alteração.

Segundo, o argumento prático. Na eleição de 2012, um quarto das escolas públicas do Distrito Federal não tiveram nenhuma chapa. Hoje as variáveis são ainda mais negativas – o diretor ganha uma mixaria e, como disse o Deputado Chico Vigilante, “paga para trabalhar” e têm que prestar contas junto aos Tribunais de Contas –, o ambiente não é favorável e eles fazem um trabalho quase filantrópico na direção. Se a eleição for agora, sem que essas principais equipes gestoras possam concorrer, nós poderemos chegar ao percentual de 40% a 80% das escolas sem nenhuma chapa. E aí, para uma gestão democrática, a gente chega ao pior cenário possível, que é a indicação por parte do governo. Nós não queremos indicação. Nós queremos que os gestores das escolas públicas sejam escolhidos pela comunidade escolar.

Quero agradecer muito o empenho dos Deputados do meu bloco, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Wasny de Roure, que acompanha esse debate de longa data, da Profa. Luzia de Paula. E quero agradecer também a sensibilidade da Deputada Sandra Faraj, que deu celeridade à votação desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça.

Obrigado, Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |    |                |                | NOTAS TAQUIGRÁFICAS  |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----------------|----------------|----------------------|----|
| Data                                                                                                                                                  |    | Horário Início | Sessão/Reunião | Página               |    |
| 20                                                                                                                                                    | 09 | 2016           | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 12 |

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Presidente, na realidade, vou atender o pedido do Deputado Cláudio Abrantes e ser bem rápido.

Logicamente, a Casa está toda a favor desse projeto, o nosso bloco e toda a Casa, mas a gente precisa acelerar também, como diz o Deputado Chico Vigilante, a questão do projeto do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira para que a gente possa votar o mais rápido possível, para que a gente, para além de dar legalidade a essa reeleição, ter um gestor vocacionado que quer fazer a vocação da escola, dar as condições de ele fazer essa gestão. Não adianta também fazermos só isso e continuar da mesma forma, quando o PDAF é planejado, mas ele não chega na sua totalidade às escolas, e aí acontece tudo aquilo que a gente viu acontecer. Os diretores tiveram como herança, entre governos, uma herança de dívida.

Então, a lógica é que a gente consiga a celeridade do governo também no projeto do PDAF, para que saia o projeto agora, já que a gente está votando hoje, mas que também, logo em seguida, venha o projeto do PDAF para que a gente possa dar mais descentralização ao recurso e os diretores tenham mais autonomia. É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para discutir.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, muito obrigado, prometo ser breve.

A par dos argumentos aqui já aduzidos pelos colegas, pelo Deputado Chico Vigilante, pelo Deputado Joe Valle, pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras, que tem efetivamente capitaneado esse processo, eu preciso dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que eu tenho visitado as escolas. Semanalmente eu tenho estado em uma cidade visitando as escolas públicas, e eu noto que o sistema tem funcionado graças ao sacrifício, à dedicação das direções, dos gestores, que têm colocado a sua vida particular, a sua família em sacrifício para se dedicar à educação.

De maneira, Presidente, que neste momento é importante que votemos esses dispositivos, mas tão importante quanto votar e operar essa regulamentação hoje, Presidente, é que até o final do ano, como se comprometeu o Secretário de Educação, ele envie a esta Casa a lei regulamentadora do PDAF para que todos os diretores possam se planejar. Nós, nessa luta de tantos anos, Deputado Bispo Renato, Deputado Chico Vigilante, que acompanhou ainda no mandato passado, temos conversado com os colegas e conseguido aqui que o nosso bloco e os outros colegas, Deputado Wasny, Deputado Joe, Deputado Prof. Israel, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputada Telma Rufino, apliquem recursos efetivos no PDAF.



| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 13     |                     |

Quem sabe da escola é quem convive e conhece o dia a dia, porque sabe onde dói, sabe quais são as necessidades mais imediatas.

Então, queria, Presidente, aproveitar este momento para fazer mais um apelo ao Secretário de Educação para que envie à Casa também o projeto de lei regulamentadora do PDAF, nós estamos aguardando já há anos e, com certeza, nesta gestão... Ainda na quarta-feira, o Deputado Wasny estava lá... Na segunda-feira eu estive com o Secretário de Educação, que reiterou o compromisso.

Obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V.Exa. que dê um pouquinho mais de celeridade à votação. Nós temos o projeto do Refis, que é uma demanda do setor produtivo de Brasília, que precisa de uma votação qualificada de 16 Deputados. Solicito a V.Exa. que o faça constar como item nº 2 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicitação atendida.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.259, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 5.463, de 16 de março de 2015, que institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu voto é contrário ao referido projeto. Eu quero explicar aos colegas o porquê.

Deputada Telma Rufino, o Refis, que trata de regularização, para mim está é alimentando a irregularidade e a ilegalidade, porque é um incentivo àqueles que não contribuem até a data do vencimento do recolhimento tributário. A maior parte do

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |  |                |                      | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|----------------|----------------------|---------------------|--------|
| Data                                                                                                                                                  |  | Horário Início | Sessão/Reunião       |                     | Página |
| 20   09   2016                                                                                                                                        |  | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA |                     | 14     |

tributo é de ICMS. O ICMS é um tributo indireto. O tributo já vem no preço da mercadoria e aí o empresário não recolhe o tributo, deixa de pagar, incide a multa e aí vem esse perdão da multa do governo. Isso demonstra o seguinte: que o empresário infrator é elogiado, é temporizado. Esse projeto vai prorrogar, Deputado Juarezão, apenas um mês e quinze dias – um mês e quinze dias. Só pensando a partir daí.

Outro problema nesse projeto é o seguinte: nem na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme preveem as resoluções tiradas no Tribunal de Contas, foi contemplado. Esse dado eu nem o tinha na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, então esse elemento é um agravante, além disso. O governo vai ter dificuldade de sancionar esse projeto.

E, por último, tem outro dado que quero deixar com os colegas. Como é que você faz uma proposta de perdão de multa de juros de mora, etc. sem que você faça de fato uma avaliação concreta? A coisa é tão contraditória, Deputado Chico Leite – já que é o único que está me olhando aqui –, que o governo, em determinado momento, diz que a desoneração vai ser da ordem de 113 milhões, só que, lá no projeto, isso no texto da justificativa, diz 122 milhões de reais! Ora, a gente precisa ter claro, eu entendo a dificuldade financeira do governo, mas há certos ganhos em que o custo é muito maior, e esse é um deles. Esse é um deles. Das atitudes não educativas que os vários governos têm feito com o Fisco do Distrito Federal, uma delas é essa. Infelizmente, posso até entender que o governo...

Eu quero até aqui lembrar, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. conhece bem a matéria, que uma das disputas do Governo Agnelo com o novo governo eleito foi exatamente o trato da dívida. Um dos maiores absurdos que nós temos na nossa cidade é ter uma dívida de quase 20 bilhões de reais. Foi votado aqui um projeto na era Agnelo que foi jogado na lata do lixo. Depois veio a era Rollemberg, e aí disseram que era o melhor projeto do mundo, que ia resolver os problemas da dívida ativa do Distrito Federal. Cadê o bendito projeto? Nós merecemos respeito!

Onde foi parar o projeto do governo? Eu até esqueci o nome do projeto, ajudem-me a lembrar. Securitização. O projeto tinha um nomezinho menor. A securitização ia resolver o problema de Brasília na era Rollemberg. Na era Agnelo, era uma política de crédito e era inconstitucional. Vieram aqui vários secretários, que nem tinham tomado posse ainda, para contraditar os Deputados. Cadê? Já estamos há um ano e nove meses, vamos ter respeito com a razoabilidade do raciocínio dos Deputados. Vamos dar uma satisfação à sociedade. Qual foi, quanto representou? A LDO, o que foi feito da securitização aprovada, que não chegou a ser implementada?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas para informar que o projeto do Refis tem caráter excepcional. O projeto tem o seguinte aspecto: ele é bom para quem deve ao



| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 15     |                     |

Governo do Distrito Federal, porque não deixa de pagar. Ele não vai pagar a multa e os juros estabelecidos, mas tem que pagar o imposto devido. Permitam a essas pessoas que devem ao governo a possibilidade de continuar funcionando, que as portas das empresas e do comércio continuem abertas e não se desempreguem as pessoas. Então, é bom para quem deve ao Governo do Distrito Federal.

É bom também, Sras. e Srs. Deputados, para o governo do qual todos nós Deputados cobramos os reajustes salariais dos servidores, e cobramos todas as demandas. Temos que dar condições ao governo de arrecadar, para poder pagar. Não adianta reivindicar pagamento às categorias e reajustes, se na hora em que o governo cria um instrumento para arrecadar, nós dizemos "não". Isso é incoerência também.

É bom para quem deve ao governo; é bom para o governo, que recebe e tem que honrar seus compromissos, e é bom para quem tem alguma para receber do governo, inclusive os servidores. Nós estamos em uma economia em recessão, sabemos as dificuldades. Estamos colocando 20 mil pessoas desempregadas por mês em Brasília, temos que dar algum instrumento ao governo, uma possibilidade de tirar a corda do pescoço dos comerciantes e empresários e dizer: você deve, mas não vamos cobrar os juros e a multa, desde que você pague.

Em tese, em uma economia na normalidade, eu também seria contra esse projeto, porque pode incentivar exatamente o sujeito a ser mau pagador: "eu não vou pagar isso, porque, depois, o governo vai apresentar um projeto de Refis; eu aproveito esse projeto e pago mais na frente". Mas não é essa a situação, é outra. A situação é que estamos vendo as associações comerciais apresentarem relatórios da quantidade de comércios e empresas que são fechadas dia a dia no Distrito Federal.

Nós sabemos que 32,6% de tudo que se arrecada no Brasil, que é o PIB, é para pagar impostos. O Brasil tem a maior carga tributária do mundo. Como não podemos oferecer um programa em que as pessoas possam pagar sem serem submetidas a um juro extorsivo, ou a uma multa, simplesmente porque não tinham condições financeiras de pagar?

É isso o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Esta Presidência informa que são necessários 16 votos favoráveis para a aprovação do projeto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma rápida contribuição. Seria mais honesto acabar com a multa e o juro para todo o setor produtivo, do que fazer uma política de faz de conta. Só isso, como mera lembrança para os colegas Deputados. O meu voto vai ser contrário.

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 16     |                     |

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje pela manhã, ao passar pela 108 Sul, eu deparei com uma cena que está se repetindo no dia a dia aqui em Brasília: os comerciantes fecharem as portas por causa da crise e também pela carga tributária que recai sobre eles.

Neste momento, acho muito oportuna a aprovação do Refis, como bem disse o nobre colega Deputado Agaciel Maia, porque vai beneficiar não apenas os comerciantes, mas também o próprio governo, que vai poder fazer caixa para honrar seus compromissos no final deste ano e no início do próximo. Por isso, sou totalmente a favor da aprovação desse projeto. Não podemos permitir que as lojas fechem, mais do que já estão fechando. A W3, por exemplo, está praticamente deserta. As lojas no Plano Piloto estão fechando no geral.

Essa crise tem chegado a outras cidades. Em São Sebastião, por exemplo, as lojas têm fechado as portas por causa dessa crise que está atormentando todos nós. Por isso, quero pedir aos nobres pares que votem a favor desse projeto de lei, a favor do Refis.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não havendo *quorum* para deliberação deste projeto no momento, passaremos ao próximo item.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu penso que a gente precisa fazer uma discussão muito séria até terça-feira. Esse projeto foi votado anteriormente, e todo mundo aqui – inclusive eu, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Ricardo Vale – votou a favor. A arrecadação no Brasil está caindo. Eu não quero defender governo, não.

Rollemberg queimou a língua quando disse que o Governo Agnelo Queiroz fazia pedalada. Está aí, agora, dizendo que o governo dele tem débito de 1 bilhão de reais. O reajuste dos servidores, ele precisa pagar em outubro, e outubro se aproxima. Eu, particularmente, não vou dar nenhum pretexto para ele não pagar os reajustes. Ele pode até não pagar por outros motivos, mas eu não vou dar pretexto a ele, para dizer: não paguei porque não me deram condições de arrecadar.

Portanto, pode ficar para terça, não tem problema. Eu vou votar a favor.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |    |                |                | NOTAS TAQUIGRÁFICAS  |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----------------|----------------|----------------------|----|
| Data                                                                                                                                                  |    | Horário Início | Sessão/Reunião | Página               |    |
| 20                                                                                                                                                    | 09 | 2016           | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 17 |

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como não há consenso na nossa bancada e parece que o *quorum* está reduzido, eu sugiro que a gente deixe esse tema para a terça-feira que vem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.230, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “Revoga a Lei nº 3.446, de 23 de setembro de 2004”.

Aprovado o parecer favorável. A Comissão de Educação e Saúde, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Delmasso para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Delmasso, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir atenção dos Deputados, porque o segundo turno do projeto de reeleição dos diretores vai precisar de 13 votos. Portanto, se não ficarem 13 Deputados em plenário, não aprovaremos esse projeto hoje.

Eu queria pedir aos Deputados que permanecessem aqui para que possamos votar. Não adianta votar em primeiro turno e ir embora. Haverá o segundo turno. Precisamos de 13 Deputados em plenário.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, líderes de partidos, concordamos em inverter a ordem dos trabalhos para votarmos o projeto das escolas. O que não é correto é os próprios colegas que pleitearam isso, depois da votação, saírem. Houve um acordo para que votássemos os três itens, e nós já estamos votando outro projeto que não fazia parte do acordo. Se o jogo for esse, vamos encerrar a sessão. Assim, o restante dos Deputados poderá sair, já que o combinado não é o certo. É muito cômodo pedir a prioridade, nós cedermos, abrímos mão do nosso pronunciamento como Líderes e como Parlamentares e, quando se vota o projeto, simplesmente vão embora? Não está correto, Sr. Presidente, inclusive, incluir projetos que não faziam parte do acordo de líderes nessa votação. O jogo não está certo.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |    |                |                | NOTAS TAQUIGRÁFICAS  |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----------------|----------------|----------------------|----|
| Data                                                                                                                                                  |    | Horário Início | Sessão/Reunião | Página               |    |
| 20                                                                                                                                                    | 09 | 2016           | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 18 |

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esse projeto que foi lido agora já foi acordado entre os líderes e já está há muitos dias, há muitas sessões, aguardando para ser votado e se isso não ocorrer, haverá prejuízo para algumas escolas. Houve acordo para esse projeto estar aqui. Agora, entrou outro projeto na pauta, justamente porque o *quorum* baixou. Portanto, eu também gostaria de fazer coro e pedir aos Parlamentares para ficarem, para compormos o *quorum* e votarmos em segundo turno o projeto da gestão democrática.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu faço um apelo aos Deputados que se encontram na Casa, que estão nos gabinetes, que se dirijam ao plenário para a votação.

Solicito ao Relator, Deputado Delmasso, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre o Projeto de Lei nº 1.230, de 2016.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.230, de 2016, de autoria de vários Deputados, que "Revoga a Lei nº 3.446, de 23 de setembro de 2004".

Essa lei, que está sendo revogada, estabelece normas para a instalação de torres destinadas a antenas de transmissão de sinais de telefonia e dá outras providências. Ela proíbe a instalação de antenas dentro das escolas públicas do Distrito Federal.

Recentemente, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios estipulou 15 dias para que as empresas apresentassem um cronograma de retirada dos 32 equipamentos localizados em terrenos de escolas públicas. As operadoras alegam que o prazo, em tese, seria curto para avaliar alternativas a fim de cumprir a demanda de rede e de voz. O Distrito Federal tem, atualmente, 3.782 antenas e torres de transmissão de sinal de celular responsáveis pela geração de rede móvel e, principalmente, dados de *Web* para 5,6 milhões de assinaturas. Em 2004, o número era 2.150% menor, com apenas 168 estruturas.

De acordo com a referida lei, cuja revogação, em tese, está sendo proposta, ficava vedada a instalação de torres de antenas de transmissão de sinais de telefonia no Distrito Federal em áreas destinadas a atividades educacionais. Tal vedação tem gerado bastante repercussão, pois, de um lado, argumenta-se que as antenas podem trazer malefícios à saúde humana em função dos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados; de outro, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, não há comprovação científica sobre a relação entre a exposição a campos em baixa frequência e o desenvolvimento de doenças. Além disso, a retirada das antenas pode acarretar aos consumidores o desligamento do sinal, a



| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 19     |                     |

diminuição da velocidade de dados e falhas na cobertura de sinal, ocorrendo, ainda, efeito cascata, pois as torres são usadas como repetidoras para outras estações.

Vale ressaltar ainda que a Lei nº 3.446, de 2004, à época, tinha sido vetada pelo Governador – e o veto foi derrubado nesta Casa, por isso ela foi promulgada e não sancionada pelo Governador. As razões do veto estabeleciam que aquela lei aprovada contrariava a lei federal, à época existente, alterada pela Lei nº 13.116, de 2015, conhecida como a Lei Geral das Antenas, e a Lei federal nº 11.934, de 2009, que dispõe sobre limites de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. Sendo assim, também foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.501 no Supremo Tribunal Federal.

Deve-se ter em vista também que a desinstalação dessas antenas vai causar um prejuízo aos usuários da telefonia celular, bem como às escolas públicas do Distrito Federal que cedem esses espaços para instalação das antenas. Muitas dessas empresas ajudam as escolas na sua manutenção diária. Essas empresas, Deputada Luzia de Paula, ajudam as escolas na compra de carteiras, na reforma de uma sala, na compra de materiais lúdicos para os alunos, ou seja, na realidade, é uma verdadeira parceria público-privada na qual a entidade privada utiliza o espaço público para levantar uma antena de celular.

A desinstalação dessas antenas também iria causar um grande prejuízo aos usuários de telefone celular, que hoje é usado por grande parte da população do Distrito Federal. É preciso deixar bem claro que, com a desinstalação dessas antenas, a Região Administrativa do Guará seria a mais afetada. No Guará, existem dezessete antenas instaladas dentro de escolas públicas.

Tendo em vista esse relato, sou pela aprovação do referido Projeto de Lei nº 1.230, de 2016, de autoria de vários Deputados, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero saber se o crédito que nós acordamos no Colégio de Líderes vai ser votado, porque alguns Parlamentares estão querendo se retirar. Houve uma inversão da pauta. Nós deveríamos estar votando o crédito, as matérias acordadas, e não

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 20     |                     |

estamos. Eu quero saber de V.Exa. se nós vamos incluir outros projetos para serem votados, antes de votarmos os que foram acordados no Colégio de Líderes; senão nós estamos brincando de Colégio de Líderes. É melhor acabar com isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Foi o primeiro item lido, mas não havia *quorum*. Votaremos no próximo item.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.230, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “Revoga a Lei nº 3.446, de 23 de setembro de 2004”. Esta lei “estabelece normas para instalação de torres destinadas a antenas de transmissão de sinais de telefonia e dá outras providências”.

A competência da Comissão de Constituição e Justiça se reveste do caráter formal e jurídico. E, confrontando tais aspectos com o conteúdo do projeto, chega-se à conclusão de que inexistem quaisquer óbices que possam impedir o prosseguimento da proposição, razão pela qual votamos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.230, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.251, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do



| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |  |                |                      | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|----------------|----------------------|---------------------|--------|
| Data                                                                                                                                                  |  | Horário Início | Sessão/Reunião       |                     | Página |
| 20   09   2016                                                                                                                                        |  | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA |                     | 21     |

Distrito Federal no valor de R\$4.810.094,00 (quatro milhões, oitocentos e dez mil, noventa e quatro reais)".

Tramitação concluída. Foram apresentadas duas emendas de plenário ao projeto. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, designo o Deputado Prof. Israel para emitir parecer sobre a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 1.251, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$4.810.094,00 (quatro milhões, oitocentos e dez mil, noventa e quatro reais)".

Sr. Presidente, na Emenda Modificativa nº 69, de autoria do Deputado Wasny de Roure, há uma suplementação que transfere recursos para a Reserva de Contingência do Distrito Federal. O nosso parecer é pela aprovação.

Também há a Emenda de Plenário nº 70, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que faz um acréscimo no valor de R\$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) ao Projeto de Lei nº 1.251, de 2016, para a construção de um galpão comunitário no Setor Rural Aguilhada, no Assentamento do Pinheiral – RA XIV. Como essa emenda visa a atender demandas dos moradores da Região Administrativa de São Sebastião, nosso parecer é também pela aprovação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |  |                |                      | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|----------------|----------------------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  |  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página              |
| 20   09   2016                                                                                                                                        |  | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 22                  |

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Boaventura de Sousa Santos".

A proposição não recebeu parecer das Comissões. A Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****PARECER Nº , DE 2016**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
sobre o Projeto de Decreto Legislativo  
nº 176, de 2016, que *"Concede o título*  
*de Cidadão Honorário de Brasília ao*  
*Professor Boaventura de Sousa Santos"*.

**AUTOR: Deputado Chico Vigilante****RELATOR:****I - RELATÓRIO**

Submete-se a esta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2016, de iniciativa do nobre Deputado Chico Vigilante, que concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Boaventura de Sousa Santos.

Em sua justificação o autor expõe a extensa trajetória acadêmica, enfatizando aspectos que justificam a concessão do título.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas ao Projeto de Decreto Legislativo.

É o relatório.

**II- VOTO DO RELATOR**

Conforme disposto no art. 65, I, alínea I, do Regimento Interno desta Casa, incumbe a esta Comissão de Assuntos Sociais proferir parecer acerca do mérito de matérias que versem sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito.

O homenageado, Professor Boaventura de Sousa Santos, é Português, especialista em Sociologia do Direito. Diretor do Centro de Estudos Sociais da

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

Em sua trajetória intelectual, tem escrito e publicado extensivamente nas áreas de sociologia do direito, sociologia política, epistemologia, estudos pós-coloniais, e sobre temas dos movimentos sociais, globalização e democracia participativa. Especificamente na área de sociologia do direito, seus estudos são centrados no pluralismo jurídico, multiculturalismo e direitos humanos, globalização do direito, organização e desempenho dos tribunais com trabalho de campo realizado em Portugal, Brasil, Colômbia, Moçambique e Cabo Verde.

Além disso, escreve diversas crônicas sobre a política Brasileira, sua vasta experiência na área sociológica o permite a retratação de fatos políticos que se repetem ciclicamente em várias sociedades, principalmente a latino-americana.

Em um de seus trabalhos de campo realizado na cidade do Rio de Janeiro, o Professor afirmou o quanto cresceu como cidadão e cientista social vivendo em uma das favelas que serviram de amostra para sua pesquisa.

Por tais considerações, o Professor Boaventura de Sousa Santos é merecedor desta honraria não só por sua contribuição acadêmica e intelectual, de reconhecimento mundial, mas, especificamente, por sua influência nas decisões sócio-políticas brasileiras.

Desta forma, a presente proposição atende todos os requisitos estabelecidos na Resolução nº 250, de 2011, e, portanto, não há óbice a sua aprovação.

Pelo exposto, somos, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, pela **admissibilidade** do Projeto de Decreto Legislativo nº 176/2016.

Sala da Comissões em, de 2016.

**RELATOR**



| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |  |                |                      | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|----------------|----------------------|---------------------|--|
| Data                                                                                                                                                  |  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página              |  |
| 20   09   2016                                                                                                                                        |  | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 23                  |  |

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Comissão de Constituição e Justiça



**PARECER Nº                      , DE                      2016**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2016, que *"Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Boaventura de Sousa Santos"*.**

**AUTOR: Deputado Chico Vigilante**  
**RELATOR:**

**I - RELATÓRIO**

Submete-se a esta Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2016, de iniciativa do nobre Deputado Chico Vigilante, que concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Boaventura de Sousa Santos.

Em sua justificação o autor expõe a extensa trajetória acadêmica, enfatizando aspectos que justificam a concessão do título.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas ao Projeto de Decreto Legislativo.

É o relatório.

**II- VOTO DO RELATOR**

Conforme disposto nos arts. 63, I, do Regimento Interno desta Casa, incumbe a esta Comissão de Constituição e Justiça proferir parecer acerca da Admissibilidade das proposições em geral quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, proferindo parecer de caráter terminativo quanto aos três primeiros aspectos.





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Comissão de Constituição e Justiça



Nesse sentido, a Lei Orgânica do Distrito Federal em seu art. 60, XL, atribui competências privativas da Câmara Legislativa:

**"Art. 60 ...**

***XL – conceder título de cidadão  
benemérito ou honorário, nos termos  
do regimento interno."***

No mérito, na Comissão de Assuntos Sociais, foi destacado a importância do trabalho desenvolvido pelo homenageado, nas áreas da sociologia do Direito, Estudos Sociais, direitos humanos entre outras.

Por tais considerações, o Professor Boaventura de Sousa Santos é merecedor desta honraria por sua contribuição acadêmica e intelectual, pelo reconhecimento mundial e a influência do seu trabalho na sociedade contemporânea.

Desta forma, a presente proposição atende todos os requisitos estabelecidos na Resolução nº 250, de 2011, e, portanto, não há óbice a sua aprovação, encontrando-se respaldada sob o ponto de vista legal e regimental.

Pelo exposto, somos, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela **admissibilidade** do Projeto de Decreto Legislativo nº 176 de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, por atender aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

Sala da Comissões em, de 2016.

**RELATOR**

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 24     |                     |

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da CCJ.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2016, em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

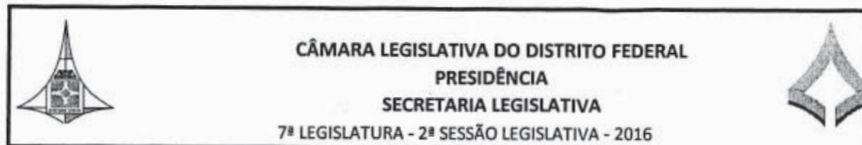
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

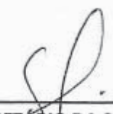
(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 176/2016 DATA: 20/09/2016  
AUTORIA: ( ) PODER EXECUTIVO ( X ) DEPUTADO CHICO VIGILANTE  
TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APROVADA ( X )

| QTD       | DEPUTADOS             | PARTIDO | SIM | NÃO | ABS. | AUS. | OBST. | DV. |
|-----------|-----------------------|---------|-----|-----|------|------|-------|-----|
| 1         | AGACIEL MAIA          | PR      | 1   |     |      |      |       |     |
| 2         | BISPO RENATO ANDRADE  | PR      |     |     |      | 1    |       |     |
| 3         | CELINA LEÃO           | PPS     |     |     |      | 1    |       |     |
| 4         | CHICO LEITE           | REDE    |     |     | 1    |      |       |     |
| 5         | CHICO VIGILANTE       | PT      | 1   |     |      |      |       |     |
| 6         | CLÁUDIO ABRANTES      | REDE    |     |     |      | 1    |       |     |
| 7         | CRISTIANO ARAÚJO      | PSD     | 1   |     |      |      |       |     |
| 8         | DELMASSO              | PTN     | 1   |     |      |      |       |     |
| 9         | JOE VALLE             | PDT     |     |     |      | 1    |       |     |
| 10        | JULIO CESAR           | PRB     | 1   |     |      |      |       |     |
| 11        | LILIANE RORIZ         | PTB     |     |     |      | 1    |       |     |
| 12        | LIRA                  | PHS     |     |     |      | 1    |       |     |
| 13        | LUZIA DE PAULA        | PSB     | 1   |     |      |      |       |     |
| 14        | PROF. ISRAEL          | PV      | 1   |     |      |      |       |     |
| 15        | PROF. REGINALDO VERAS | PDT     | 1   |     |      |      |       |     |
| 16        | RAFAEL PRUDENTE       | PMDB    |     |     |      | 1    |       |     |
| 17        | RAIMUNDO RIBEIRO      | PPS     | 1   |     |      |      |       |     |
| 18        | RICARDO VALE          | PT      | 1   |     |      |      |       |     |
| 19        | ROBÉRIO NEGREIROS     | PSDB    |     |     |      | 1    |       |     |
| 20        | SANDRA FARAJ          | SD      | 1   |     |      |      |       |     |
| 21        | TELMA RUFINO          | S/ PART | 1   |     |      |      |       |     |
| 22        | WASNY DE ROURE        | PT      | 1   |     |      |      |       |     |
| 23        | WELLINGTON LUIZ       | PMDB    |     |     |      | 1    |       |     |
| 24        | JUAREZÃO              | PSB     | 1   |     |      |      |       |     |
| RESULTADO |                       |         | 14  | 0   | 1    | 9    | 0     | 24  |

| RESULTADO DA VOTAÇÃO |                |
|----------------------|----------------|
| APROVADO             |                |
| 14                   | VOTOS SIM      |
| 0                    | VOTOS NÃO      |
| 1                    | ABSTENÇÕES     |
| 9                    | AUSÊNCIAS      |
| 0                    | OBSTRUÇÕES     |
| 15                   | QUÓRUM VOTANTE |

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADA SANDRA FARAJ



| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 25     |                     |

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Boaventura de Sousa Santos".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer dois pedidos. O primeiro, que passemos logo à votação do Projeto de Gestão Democrática em segundo turno, porque os diretores estão no aguardo e precisamos resolver essa situação.

O segundo é o seguinte: amanhã teremos uma sessão solene e precisamos aprovar uma moção de minha autoria que homenageia o pessoal do turismo rural. Sei que não foi votada nenhuma moção, mas eu queria fazer esse apelo porque é muito ruim entregarmos documentos sem que a matéria esteja aprovada, e a sessão será amanhã. Eu gostaria de fazer esse apelo aos nossos colegas, no sentido de que façamos essa votação.

Muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em respeito aos diretores e professores que estão na galeria, estamos aqui

| CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL<br>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA<br>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO<br>SETOR DE TAQUIGRAFIA |                |                      |        | NOTAS TAQUIGRÁFICAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------|--------|---------------------|
| Data                                                                                                                                                  | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |                     |
| 20   09   2016                                                                                                                                        | 16h30min       | 79ª SESSÃO ORDINÁRIA | 26     |                     |

mantendo o *quorum* para votarmos em segundo turno o projeto. Sabemos que praticamente todos os Deputados foram embora, e a votação em um turno só não significa nada. O projeto precisa ser votado em segundo turno. Portanto, eu gostaria que V.Exa. desse celeridade, para evitar que os Deputados saiam do plenário e a sessão seja encerrada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária, que terá início imediato após esta, para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.255, de 2016; do Projeto de Lei nº 1.251, de 2016, e do Projeto de Lei nº 1.230, de 2016, além do Projeto de Lei nº 1.259, de 2016, em primeiro turno.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h59min.)